



## FORMAÇÃO DE PROFESSORES ESPECIALISTAS EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO ACERCA DA TEMÁTICA EDUCAÇÃO SEXUAL

VALADARES, Scarlath<sup>1</sup>; SOUZA, Maewa Martina Gomes da Silva e<sup>2</sup>

**RESUMO (FORMAÇÃO DE PROFESSORES ESPECIALISTAS EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO ACERCA DA TEMÁTICA EDUCAÇÃO SEXUAL)** – Este presente artigo tem como finalidade realizar propostas para formação de professores acerca da temática da educação sexual, buscando a prevenção à violência sexual de pessoas com deficiência. Busca discutir o papel do especialista em Atendimento Educacional Especializado, bem como os professores podem auxiliar na luta contra o abuso a pessoa com deficiência, sabendo que a partir de resultados encontrados nos estudos já realizados e como a criança abusada sexualmente pode ter prejuízos em sua fase escolar e em outras áreas da vida, ocasionando dificuldades de aprendizagem, evidenciando assim a necessidade da discussão dessa temática na educação especial dessa questão. Como resultado, propomos neste trabalho a discussão da temática e noções para o enfrentamento desse assunto no Atendimento Educacional Especializado.

**Palavras chave:** Atendimento Educacional Especializado. Educação Especial. Inclusão. Educação Sexual. Prevenção ao abuso sexual.

**ABSTRACT (TRAINING SPECIALIST TEACHERS IN SPECIALIZED EDUCATIONAL CARE ON THE THEMATIC SEX EDUCATION)** – This article aims to make proposals for teacher training on the topic of sexual education, seeking to prevent sexual violence against people with disabilities. It seeks to discuss the role of the specialist in Specialized Educational Service, as well as how teachers can help in the fight against abuse to people with disabilities, knowing that, based on the results found in studies already carried out, and how sexually abused children can have losses in their phase. school and other areas of life, causing learning difficulties, thus highlighting the need to discuss this issue in special education on this issue. As a result, we propose in this work the discussion of the theme and notions for dealing with this issue in Specialized Educational Service.

**Keywords:** Specialized Educational Service. Special education. Inclusion. Sex Education. Prevention of sexual abuse.

---

<sup>1</sup> Discente do Curso de Especialização em Formação de Professores em Educação Especial: Deficiência Intelectual da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral - FAEF (scarlath.vladares@gmail.com);

<sup>2</sup> Docente do Curso de Especialização em Formação de Professores em Educação Especial: Deficiência Intelectual da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral - FAEF (maewa.martina@gmail.com).

## 1. INTRODUÇÃO

Segundo estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), no Brasil, 45.606.048 milhões de pessoas (24%) declararam ter qualquer espécie de deficiência. Destas, 6.610.266 (14%) são jovens com idades entre 15 e 29 anos. Nos dias atuais a deficiência é vista pelo âmbito da relação através de indivíduos e sua forma de vivência, sob a ótica da funcionalidade e na atuação em seu ambiente.

Esse novo modo de pensar em relação a deficiência, antes pensada apenas como uma condição para apresentar uma forma de pensar para além, que considere as condições da participação ativa desse indivíduo na sociedade.

No entanto, as pessoas com deficiência geralmente não são consideradas sexualizadas na sociedade, como se não pudessem entender ou precisassem de educação sexual. Portanto, adotaram um gesto negligente e até punitivo, procurando ocultar e suprimir sua expressão sexual.

A visão de que a pessoa com deficiência não possui sexualidade e não atrai a sexualidade de terceiros gera silenciamento da sexualidade, deixando-a mais vulnerável a situações de abuso.

Os tabus sociais, estigmas e discriminações, dificultam o exercício do direito de expressão da sexualidade, dificultando seu autoconhecimento em relação a sexualidade, limites em que uma pessoa possa ter acesso ao seu corpo, a necessidade do dizer sim, mas principalmente o não e ser respeitado.

Deste modo, especialmente as meninas, acabam não recebendo informações básicas sobre o seu crescimento, incluindo as mudanças e cuidados naturais do ser humano com seu corpo, para além do básico, resultando em jovens que não entendem e não sabem lidar com as transformações, principalmente na puberdade.

É de grande necessidade tratar do tema, abuso sexual, nas escolas, para dar base a um melhor entendimento sobre o tema, no qual crianças e mulheres do mundo todo sofrem em algum momento de suas vidas, e o cenário se torna ainda pior quando se trata da pessoa com deficiência.

Crianças com deficiência têm quase quatro vezes mais probabilidade de se tornarem vítimas de violência do que crianças sem deficiência, e são quase três vezes mais propensas a sofrer violência sexual, sendo que as meninas têm o maior risco.

Em um estudo do Fórum Africano de Políticas para Crianças sobre violência contra crianças com deficiência, quase todos os entrevistados sofreram abuso sexual pelo menos uma vez – e mais do que uma vez. coincidindo com os estudos do UNFPA, Fundo de Populações das Nações Unidas, que afirma que em todo mundo meninas e mulheres jovens com deficiências correm o maior risco de violência sexual, sendo muito mais vulneráveis do que seus pares sem deficiência. Considerando que existe uma necessidade na discussão acerca da temática sexualidade e a formação de professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para a discussão desse tema. Apresentamos neste trabalho, pautada em atores que discutem o tema, a fim de desmistificar e “naturalizar” essa questão da vida dos nossos alunos público-alvo da educação especial. Entender a necessidade desse estudo no âmbito educacional é um ato de proteção e cuidado e para além disso é uma maneira de formação integral do aluno, assim como é a proposta na Base Nacional Curricular Comum (BNCC).

O trabalho também propõe a discussão sobre o que é o AEE e a formação de professores para dar embasamento nos estudos para melhor compreensão de como o professor, dentro de suas atribuições pode trabalhar a discussão de forma naturalizada, deixando de lado o TABU que envolve o tema sexualidade, mais especificamente do aluno deficiente, já que segundo os estudos realizados no Brasil pelos pesquisadores Militão (1991) e Dell’Alba (1992) que entrevistou pais e professores de jovens com deficiência mental e constatou que eles não sabiam lidar com a sexualidade dos filhos, em sua maioria, por não possuir informações suficientes a respeito.

“A maioria das professoras, assim como a maioria dos pais, possuíam uma mesma visão quanto ao aspecto da afetividade; ou seja, seus alunos ou filhos deficientes mentais eram vistos como eternas crianças e com grande carência afetiva”. (MILITÃO,1991, p. 85).

Sabendo que a maioria dos casos de abusos com crianças e adolescentes ocorrem dentro de casa, segundo o site da Agência Brasil - Direitos Humanos, publicado em 18/05/2019, os números mostram que mais de 70% dos casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes são praticados por pais, mães, padrastos ou outros parentes das vítimas.

Em mais de 70% dos registros, a violência foi cometida na casa do abusador ou da vítima, esse trabalho também envolve a formação dos professores para que saiba detectar uma situação de abuso e agir da forma correta, sem que haja maiores prejuízos a confiança dessa criança em um adulto.

Dessa forma, esta pesquisa coloca em pauta a criança abusada sexualmente, os problemas acarretados e prejuízos em sua fase escolar gerando dificuldades de aprendizagem e tantas problemáticas em decorrência dessa violência.

Consideramos, a partir de alguns autores que se houvesse uma educação sexual tanto no espaço familiar e no âmbito escolar que pudesse prevenir ou até informar uma criança da existência de abuso sexual, proporcionaria a criança conhecimento para que ela pudesse se proteger, em especial uma criança, pessoa com deficiência.

## **2. O QUE É O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO?**

Segundo o Ministério da Educação, a educação especial é: "uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular." (BRASIL, 2009).

Os sistemas de ensino devem matricular educando com deficiência em escolas do ensino regular e oferecer as atendimento educacional especializado.

O atendimento educacional especializado tem como trabalho constatar, formular e regular recursos educativos fazendo com que acabem com as formas de barrar o acesso ao currículo como qualquer outro aluno sem deficiência, considerando suas necessidades.

Esse formato de atendimento tem como objetivo complementar a formação dos alunos com visando sempre sua autonomia e independência para além da escola. Assegurando que o processo de educação especial seja acessível por meio de do currículo, materiais didáticos, aos espaços adequado e equipamentos. O AEE é realizado de forma colaborativa com a sala regular, na Sala de Recursos Multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, podendo ser realizado, também, em centro de atendimento educacional especializado público ou privado sem fins lucrativos, conveniado com a Secretaria de Educação.

Dessa forma, podemos verificar como se dá a formação desse especialista e suas devidas atribuições para então relacionarmos com a necessidade de se colocar em pauta a importância das discussões sobre a educação sexual durante a formação do professor de Atendimento Educacional Especializado.

Um dos assuntos sempre citados é a inquietude com o aprendizado constante de professores e profissionais que atuam na escola e igualmente dos pais e da comunidade em que

a escola se insere. Neste documento, apresentam-se as ações de formação, incluindo os aspectos ligados à análise das necessidades específicas dos alunos com deficiência.

Esta análise perpassa o diário da escola e não é restrito aos professores que atuam no AEE. À administração escolar compete executar ações que garantam a educação das pessoas envolvidas, direta ou indiretamente, nas unidades escolares. Ela pode acontecer através de palestras informativas e formações em nível de aprimoramento e aperfeiçoamento para os professores que atuam ou futuramente atuarão no Atendimento escolar especializado.

As palestras informativas devem cativar a maior quantidade de pessoas possível: professores da educação regular e do Atendimento educacional especializado, pais, autoridades educacionais. De caráter mais amplo, essas palestras têm como intuito elucidar o que é o AEE, a forma com que ele está acontecendo e qual a política que o fundamenta, além de tirar dúvidas sobre este serviço e fomentar práticas conjuntas para construir encaminhamentos, quando necessários.

Para a educação em nível de aprimoramento e aperfeiçoamento, a proposta é que sejam realizadas ações de formação fundamentando métodos ativos de aprendizado, tais conforme: Estudos de Casos, Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) ou Problem Based Learning (PBL), Aprendizagem Baseada em Casos (ABC), Trabalhos com Projetos, Aprendizagem Colaborativa em Rede (ACR), entre outras.

Esses métodos trazem outras formas de produção e visão de conhecimento e colocam o educando no núcleo do processo educacional, dando-lhe autarquia e sentimento de dever pela sua aprendizagem por meio da identificação e análise dos problemas e da capacidade para formular questões e buscar informações para responder a estas questões, ampliando conhecimentos.

Tipicamente os cursos de formação contínua são centrados nos conteúdos, divididos de forma pertencente a uma especificidade, tendo sua associação curricular pautada numa representação no campo das ideias do estudante que se deseja educar.

Estes modelos de formação está sendo cada dia mais indagado no âmbito educativo novos métodos começam a aparecer juntamente o objetivo de mudar esta forma de determinismo.

Esses métodos rompem com o padrão determinista de educação, considerando as diferenças entre os estudantes e apresentando uma nova perspectiva de organização curricular.

Zabala (1995) defende um cenário de composição curricular globalizadora, na qual os métodos e conteúdo de aprendizado e as unidades temáticas do currículo são relevantes em razão de sua habilidade de entender uma verdade global.

Para Hernandez (1998), a concepção de competência global e relacional permite exceder a direção da mera concentração de saberes em torno de um assunto. Ele propõe determinar um processo no qual o assunto ou questão abordada seja o assunto de referência para onde confluem os conhecimentos.

## **2. METODOLOGIA**

A metodologia trabalhada durante toda a pesquisa foi a bibliográfica, com base em Análise dos dados estatísticos referentes ao tema. Diante da percepção da realidade, iniciou-se revisão da literatura sobre os aspectos relevantes a discussão do tema em sala de aula com alunos deficientes, assim como seu impacto na vida das crianças e a necessidade da discussão do tema com as famílias e escola e a comparação com diferentes realidades locais. Por fim, a criação do projeto baseado em outras experiências exitosas, observando a realidade local e os recursos disponíveis.

## **3. SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL E A APLICAÇÃO NAS ESCOLAS POR MEIO DO A.E.E**

O governo do estado de São Paulo lançou em 2013 o programa chamado “Programa estadual de prevenção e combate à violência contra pessoas com deficiência oficializado por meio do decreto 59.316, em 21 de junho de 2013, com o objetivo de monitorar com mais facilidade a forma com que os abusos ocorrem e suas características, como, faixa etária, gênero e situação socioeconômica, a deficiência está entre os diferentes fatores que podem acrescentar a exposição do indivíduo a uma situação de violência, seja ela física ou psicológica.

Dados internacionais da ONU intensificam a urgência de uma observação específica para essa população em questão, já que, 1,5 vezes mais chances de serem vítimas de abuso sexual e 4 a 10 vezes de maior viabilidade de terem vivenciado maus-tratos enquanto criança. Pessoas com deficiência tem mais obstáculos para ter acesso à serviços e alcançar a interferência da fiscalização, proteção jurídica ou outras formas de cuidados preventivos, seja por problemas de locomoção ou de comunicação. A importância desses programas está pautada em uma discussão que como foi posto anteriormente, existe a urgência da ciência das formas de denúncia de abusos e formação nas escolas para que os alunos deficientes saibam identificar e denunciar

situações que estão suscetíveis a encarar. No âmbito escolar, podemos fazer a discussão dessa temática em várias disciplinas, como eixos temáticos dentro dos conteúdos, principalmente na disciplina curricular ciências, história e geografia, mas podendo abranger para todas as disciplinas ou até mesmo de forma interdisciplinar através de projetos ou através do método ensino “Aprendizagem Baseada em Casos (ABC)”.

Dessa forma, pretendemos discorrer sobre as formas com que os professores do Atendimento escolar especializado e os professores da sala regular, podem trabalhar essa questão, visto que em casa os alunos podem ter tabu em relação ao tema, antecipo a necessidade de uma reunião com os pais dos educandos para que possamos expor a necessidade da discussão deste assunto, é interessante mostrar os dados a partir de imagens/ infográficos/ mapas/ tabelas e também pesquisas científicas como nos exemplos a seguir:

**Figura 1:** Violência cometida contra pessoas com Deficiência Município de São Paulo (2014-2018)



**Fonte:** Dados fornecidos pelo Serviço de Segurança Pública (2014-2018).

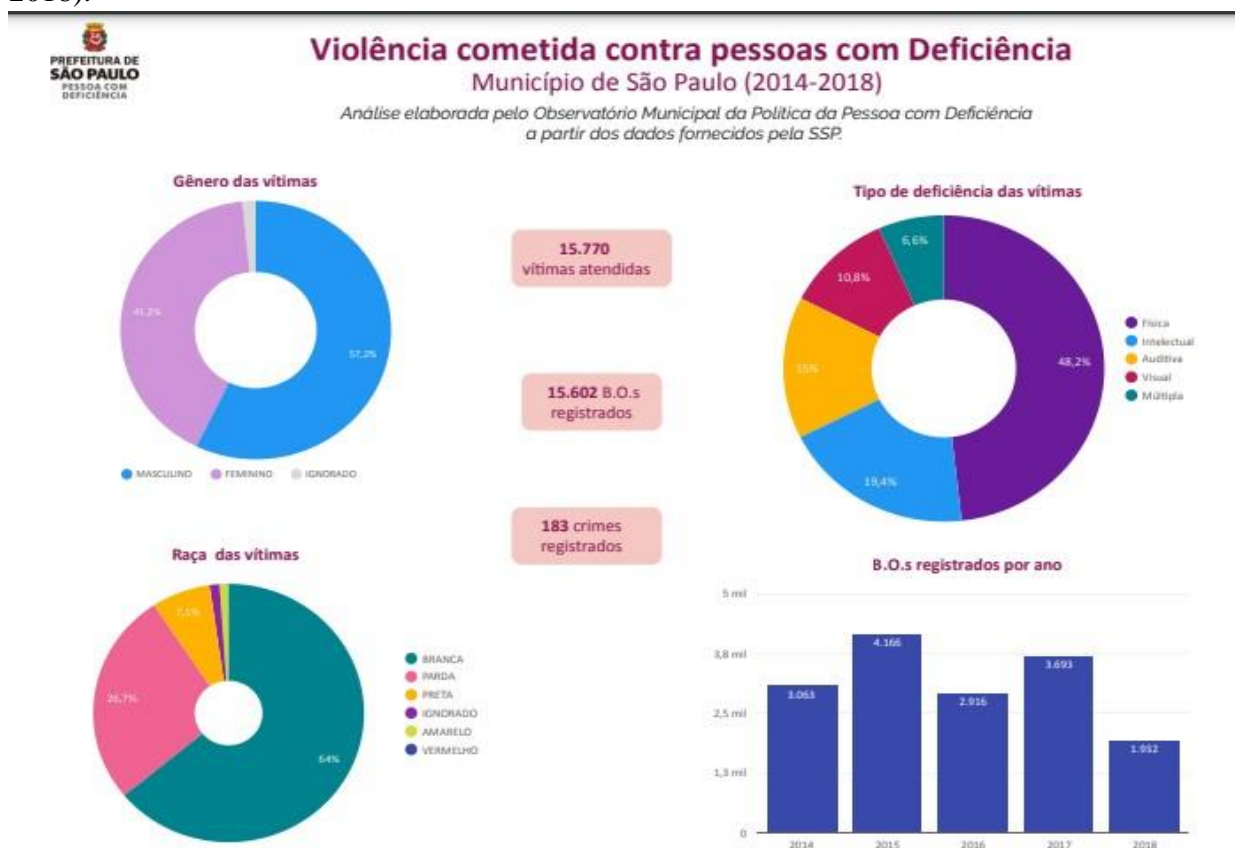
A Figura 1 apresenta o número total de denúncias realizadas no Brasil de 2011, ano que se incluiu o domínio específico para reconhecer se a vítima tinha alguma deficiência, a 2017.

Em concordância a com os dados da Figura 1, a partir de dados da Secretaria de Segurança Pública, que é responsável por representar o número total de denúncias no Brasil e por regiões, nota-se que entre os anos de 2011 a 2013 há uma reta antiga, indicando uma ampliação da quantidade de denúncias realizadas.

Em 2013 e 2014 há uma decaída quantidade de casos, os quais se mantêm mais ou menos estáveis nos outros anos, com novo aumento em 2017, sendo dessa forma, uma quantidade um pouco superior que o visto em 2013.

Em semelhança às regiões brasileiras, verifica-se que as regiões Sudeste e Nordeste se observa em números totais de fatos. No entanto, é essencial considerar a quantidade de casos denunciados juntamente a quantidade de pessoas com deficiência nas diferentes regiões do Brasil.

**Figura 2:** Violência cometida contra pessoas com Deficiência Município de São Paulo (2014-2018).



**Fonte:** Dados fornecidos pelo Serviço de Segurança Pública (2014-2018).

As imagens acima elucidam como trabalhar o tema de forma lúdica, tanto com os pais quanto com os estudantes na hora de propor o projeto na escola com essa temática.

No âmbito das práticas podemos propor diversas metodologias, como roda de conversa para discutir a temática com os alunos é uma boa prática de percepção dos alunos em situação vulnerável, mostrar aos alunos que eles não podem ser tocados em permissão em certas partes



do seu corpo, use um desenho em slides, ou até mesmo um boneco com o tamanho deles, orientando em qual parte do corpo as pessoas não podem nos tocar sem nossa permissão e se mesmo assim alguém insistir em fazer isso, mostre que pode gritar, pedir socorro e ajuda. Ensinar as crianças o seu direito de negar algo quando lhe incomoda, é tão necessário quanto ensinar boas maneiras.

[...] é essencial que o aluno participe ativamente das atividades propostas, observando, argumentando, analisando, levantando hipóteses, tirando suas conclusões. E o professor precisa conhecer bem o conteúdo [...]. Deve, portanto, perceber que faz parte de seu trabalho como educador, orientar sobre sexualidade todos os seus alunos e suas alunas, de modo correto e ético, a partir de propostas pedagógicas e planejadas. (MAIA; RIBEIRO, 2009, p. 49).

Durante as atividades propostas, é necessário que os professores desenvolvam com os alunos uma relação de confiança sem estabelecer nenhum tipo de juízo de valor ou críticas, para que a criança possa perceber no professor uma pessoa em que pode confiar e contar suas angústias ou dúvidas.

Dessa forma, se faz necessário algumas formas de como o professor pode perceber atitudes em que a criança poderá estar sofrendo abusos ou quando quais atitudes tomar se houver denúncia.

Segundo o Movimento Down (2014) é preciso estar atento aos sinais. Alguns são mais comuns e podem ajudar a identificar casos suspeitos de violência. 1) A criança era calma e de repente fica violenta ou era agitada e passa a se comportar com muita timidez e resguardo. O medo exagerado em determinadas situações também é outro indicador. 2) A menina ou menino com deficiência que antes era calma e afetiva começou a se agredir ou agredir as pessoas ao seu redor? Alerta vermelho! 3) Você percebeu que ela tem aparecido com lesões, roupas rasgadas ou sujas e arranhões? É preciso investigar, urgentemente. 4) Se de repente a criança se descuida da higiene pessoal ou muda seus hábitos alimentares (come pouco ou come demais); passa a urinar sem controle, dia e noite (enurese) ou a fazer suas necessidades fisiológicas em lugares inadequados (encoprese); mudança no sono; erotização exagerada e fora do esperado para a idade. Todos são indícios de abuso. 5) Criança que começa a apresentar problemas na escola: a frequência se torna irregular; dificuldades de concentração e aprendizagem fora dos padrões normais; repentino isolamento social, quando ele não faz parte do quadro de deficiência da criança.

A criança com deficiência se expressa como qualquer ser humano: se o comportamento dela muda, algo pode estar errado – pode ser sinal de violência! Nesse caso, ela

precisa ser acolhida e compreendida. Pais, familiares e cuidadores têm de rever a maneira como olham para a criança, parando de interpretar suas manifestações como comportamentos disfuncionais ou atitudes fantasiosas, recriminando-a por isso.

Vejamos como agir em casos de violência comprovada. Foi comprovado que determinada criança com deficiência física e/ou intelectual sofre violência? Então está na hora de agir!

Há três etapas de intervenção a serem seguidas pelos profissionais que atuam na rede de cuidado e proteção dessa criança (Educação, Saúde e Assistência Social):

1) Notificação/Denúncia: feita através de um documento que relata claramente a situação vivenciada pela criança aos órgãos responsáveis pelos serviços de atenção (Saúde, Educação e Assistência Social).

2) Acolhimento/Encaminhamento: a partir dessa notificação, todos os envolvidos nessa violência (a vítima e o agressor, especialmente) devem ser inseridos nas opções oferecidas pela rede de proteção e responsabilização (conselhos tutelares, Juizado da Infância e Juventude, por exemplo) que tratarão do caso.

Isso vai proporcionar à criança ou à família um espaço de escuta e proteção e definir que atores ou serviços da rede de cuidado e proteção deverão participar do acompanhamento (médicos, psicólogos, psiquiatras, educadores, dentre outros).

3) Atendimento: etapa que procura prevenir novos eventos de violência contra aquela criança, principalmente quando a agressão acontece na família. Nessa fase, os especialistas (Assistência Social) orientam o agredido sobre como se cuidar e se proteger de possíveis novas agressões e trabalham o vínculo entre a criança, a família e o agressor. O objetivo é diminuir o isolamento da vítima e reduzir as oportunidades de repetição dos ciclos violentos.

Procura-se, nesse processo, não só focar na violência em si, mas diminuir o impacto emocional sofrido pela criança em todo o percurso, desde a denúncia e a responsabilização, até o processo de investigação, acompanhamento médico de lesões e, no caso de abuso sexual, do atendimento preventivo contra doenças sexualmente transmissíveis, como DST.

Toda intervenção para casos de violência contra a criança deve seguir princípios previstos na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Não há educação sem amor. O amor implica luta contra o egoísmo. Quem não é capaz de amar os seres inacabados não pode educar. Não há educação imposta, como não há amor imposto. Quem não ama não compreende o próximo, não o respeita. Não há educação do medo. Nada se pode temer da educação quando se ama” (FREIRE, 2014).

É extremamente primordial que os temas relacionados a sexualidade sejam tratados no âmbito escolar, mas para que se alcance um real feito se faz crucial a existência de uma sociedade entre escola/ família, jamais tendo que delegar o tratar do tema unicamente para a escola. É na relação familiar por meio de pessoas que se admiram e superam desafios, que temas relacionados à sexualidade necessitam ser discutidas, levando em consideração suas regras, atos e valores (CANO; FERRIANI, 2000).

Nossa educação ainda tem um grande destino a cumprir, funções árduas a se seguir, conhecimentos equivocados a se vencer e acima de tudo qualificar docentes e pais para que estes consigam guiar bem a metodologia de reflexão da pessoa, incluindo compreensão. Essa é a base crucial para que o jovem seja capaz de escolher suas regras de independência e emancipação própria, tomar atitudes, de maneira ponderada, inteligente e responsável

#### 5. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências, Brasília, DF, 2011. s.p. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20112014/2011/decreto/d7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2011/decreto/d7611.htm) Acesso em: 15/04/2021.

AGÊNCIA BRASIL. **Mais de 70% da violência sexual contra crianças ocorre dentro de casa** Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitoshumanos/noticia/2019-05/mais-de-70-da-violencia-sexual-contra-criancas-ocorredentro-de-> Publicado em 18/05/2019 - 17:52 Por Pedro Rafael Vilela - Repórter da Agência Brasil – Brasília. Acesso em 26/06/2021

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico 2010.** [acessado 28/04/2020]. Disponível

em:<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>

United Nations Educational Scientific and Cultural Organization (UNESCO). International technical guidance on sexuality education: an evidence-informed approach. **Revised edition.**

**France;** 2019. A Prática Educativa: Como Ensinar. N.p., Penso Editora, 2015.

DENARI, F. E. Adolescência, afetividade, sexualidade e deficiência intelectual: o direito ao ser/estar. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 5, n. 1, p. 44-52, 2010.

DENARI, F. E. Adolescência, afetividade, sexualidade e deficiência intelectual: o direito ao ser/estar. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 5, n. 1, p. 44–52, 2011. DOI: 10.21723/riaee.v5i1.3491. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/3491>. Acesso em: 27/05/2021

MENDES, M. J. G.; DENARI, F. E. Deficiência e sexualidade: uma análise bibliométrica. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. esp.2, p. 1357–1374, 2020. DOI: 10.21723/riaee.v14iesp.2.12124. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12124>. Acesso em: 12 05. 2021.

GLAT, Rosana e FREITAS, Rute Cândida. **Sexualidade e Deficiência Mental: Pesquisando, Refletindo e Debatendo sobre o Tema**. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1996.  
HERNÁNDEZ, F. **Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho**. Tradução de Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: Artmed, 1998

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.  
BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica / Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001.

BRASIL. Decreto n° 59.316, de 21/06/2013. Institui o Programa Estadual de Prevenção e Combate à Violência contra Pessoas com Deficiência e dá providências correlatas- Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/170560>. Acesso em 10/06/2021.

SOARES, M. A. **Aplicação do método de ensino Problem Based Learning (PBL) no curso de Ciências Contábeis: um estudo empírico**. 2008. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2008.

GLAT, R. **Somos iguais a vocês: depoimentos de mulheres com deficiência mental**. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1989.

Zabala, A., Farenzena, N., Rosa, E. F. d. F. (1995). **A prática educativa: como ensinar**. Brasil: ARTMED.

Movimento Down- Abuso sexual contra meninas e mulheres com deficiência – uma epidemia sobre a qual ninguém fala. Disponível em:

<http://www.movimentodown.org.br/2019/02/abuso-sexual-contrameninas-emulheres-com-deficiencia-uma-epidemia-sobre-a-qual-ninguem-fala/> Publicado em: 26/ 02/2019. Acesso em 28/06/2021.

Cano, M. A. T., Ferriani, M. das G. C., & Gomes, R. (2000). Sexualidade na adolescência: um estudo bibliográfico. **Revista Latino-Americana De Enfermagem**, 8(2), 18-24.

MILITÃO, A.C. **A visão de pais e professores sobre a sexualidade de pessoas portadoras de deficiência mental**. Rio de Janeiro,1991. (Dissertação de mestrado- UERJ).

DALL’ALBA, L. **Sexualidade e deficiência mental: concepção do professor**. São Carlos, 1992. (Dissertação de mestrado- UFSCAR).

Movimento Down- Violência e abuso contra crianças com deficiência: como agir. Disponível em: <http://www.movimentodown.org.br/2014/09/violencia-e-abuso-contracrianças-com-deficiencia-como-agir/> Publicado em:25/09/2014. Acesso em 06/07/2021.

ALMEIDA, Djanira Soares; COSTA, Raphaela Leoni; SILVA, Taís Mateus. Chega de tabu! **A sexualidade sem medo e sem cortes**. Disponível em: < [www.unesp.br/prograd/PDFNE2005/artigos/capitulo%201/chegadetabu.pdf](http://www.unesp.br/prograd/PDFNE2005/artigos/capitulo%201/chegadetabu.pdf)> Acesso em : 27 novembro 2008.

Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal 8.069/90, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, Brasília, Ministério da Justiça, 1995.

**A Revista Científica Eletrônica de Pedagogia é uma publicação semestral da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral – FAEF e da Editora FAEF, mantidas pela Sociedade Cultural e Educacional de Garça. Rod. Cmte. João Ribeiro de Barros km 420, via de acesso a Garça km 1, CEP 17400-000 / Tel. (14) 3407-8000. [www.faeff.br](http://www.faeff.br) – [www.faeff.revista.inf.br](http://www.faeff.revista.inf.br) – [pedagogia@faeff.br](mailto:pedagogia@faeff.br)**